

**AS ROUPAGENS DA LÍNGUA: A CONCORDÂNCIA
VERBO-NOMINAL SOB A ÓTICA DA GRAMÁTICA
TRADICIONAL E DA SOCIOLINGÜÍSTICA**

Nilcéia Gonçalves Cáceres (UEMS)
nilceiacaceres@gmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)
chaves.adri@hotmail.com

Lucilo Antônio Rodrigues (UEMS)
lucilo@uems.br

Natalina Sierra Assêncio Costa (UEMS)
sierra@uems.br

RESUMO

Um dos assuntos muito trabalhados em sala de aula, na disciplina de língua portuguesa é a concordância verbo-nominal, pois tanto na fala quanto na escrita esse é um conteúdo que os alunos têm dificuldade de aplicar, quando há a necessidade do uso da modalidade padrão, já que se acostumaram às variações linguísticas que permitem uma flexibilização da linguagem. Essa situação nos faz refletir sobre a importância de se pensar na gramática associando-a aos estudos variacionistas da sociolinguística. Na variação linguística, determinado vocábulo pode fazer referência a uma coisa ou a outra, podendo existir, conforme Beline (2002) diferentes categorias de variação, como a diatópica (variante baseada na região de aquisição da linguagem) e a diafásica (situação formal ou informal, onde a língua foi adquirida). Contudo, é necessário fazer com que o aluno aproprie-se da língua portuguesa na forma como ela é prescrita pelas gramáticas, acompanhando sempre o processo de ensino-aprendizagem e mostrando-lhe as diferentes formas que existem na língua e o lugar onde devem ser usadas.

Palavras-chave:

**Gramática. Linguagem. Sociolinguística.
Concordância verbo-nominal. Variações linguísticas.**

1. Introdução

Do regionalismo de Jorge Amado à prosa contemporânea da literatura marginal, passando pelo modernismo de Mário de Andrade e Guimarães Rosa, pensar em relação às variedades populares da língua portuguesa, típicas da oralidade, tem sido uma maneira eficiente de fazer com que os alunos compreendam as formas de expressão de diferentes grupos sociais, a diversidade linguística de nosso país e a constatação de que a língua é dinâmica e se reinventa dia a dia. Nessa ótica, entender

que na língua, bem como na vida, precisamos saber usar as diferentes roupagens para que estejamos sempre adequados a todas as situações pelas quais passamos diariamente, é essencial.

Aprender a língua portuguesa não é tarefa fácil e essa dificuldade aterroriza a maior parte dos alunos das escolas brasileiras, muitas vezes porque, simplesmente, a língua escrita se difere da língua falada, sendo que a primeira tem regras e normas que a regem, já a segunda é natural, despreocupada de padrões, pois o falante sabe sua língua e se faz entender, ou seja, nesse sentido a língua cumpriu seu papel. Contudo, é necessário que ele saiba a maneira de usá-la quando padrões de escrita formal são exigidos como em provas, concursos, testes, etc.

Segundo Possenti (1997), o termo *gramática* designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem “falar e escrever corretamente”. É certo que a função principal da gramática é regular a linguagem, estabelecendo padrões de fala e escrita para os falantes de uma língua. Isso é necessário em nossas vidas, pois o contrário seria o estabelecimento do caos: cada um faria da forma como achasse melhor e não haveria consenso nas relações citadas – de fala e escrita.

Para Geraldi (2011):

(...) Gramática é um conjunto de regras a serem seguidas. Usualmente, tais regras prescritivas são expostas, nos compêndios, misturadas com descrições de dados, em relação aos quais, no entanto, em vários capítulos das gramáticas, fica mais do que evidente que o descrito é, ao mesmo tempo, prescrito. (GERALDI, 2011, p. 47)

Por ser um sistema complexo e passível de diversas concepções, a Gramática apresenta abordagens diversas, sendo dividida, então, em tipos distintos, a saber: a) Gramática Normativa; b) Gramática Descritiva; c) Gramática Histórica; d) Gramática Comparativa. Todas as gramáticas tem a função de preservar nosso maior patrimônio cultural: a língua portuguesa! Portanto o estudo, entendimento e uso da gramática são importantes em nossas vidas, contudo, sem deixarmos de compreender que a língua é organismo vivo, nesse ponto justificando o distanciamento entre o que falamos e o que escrevemos.

As aulas de língua portuguesa devem, dentre outras coisas, oportunizar o aprendizado da norma padrão e dos conteúdos gramaticais, no entanto, há que se observar as relações humanas que enviesam o ensino da língua, bem como as situações concretas de interação em que os enunciados são produzidos. O foco do presente artigo é o uso da concordância

verbo-nominal, como carro-chefe que conduz o alunado a bons textos e boa oratória e, nesse sentido, encaixam-se as “roupagens” que intitulam o artigo: há sempre o momento ideal de uso de determinada linguagem, seja buscando maior grau de formalidade, seja simplesmente vivendo-a.

2. *A língua e suas variações*

Partindo da concepção de que a língua é um mecanismo vivo e dessa forma se modifica constantemente, incorporando novos significados, no âmbito do ensino, a gramática não se assenta em bases estáticas, mas busca entender como essas relações se modificam gerando novas regras e assim, na sucessão constante de mudanças, desde as que acontecem naturalmente como as que resultam de acordos e que são determinadas por lei, fato certo é que a língua, a linguagem é variável.

A linguagem se manifesta nos textos orais e escritos e a partir deles revela seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Entretanto no espaço escolar existe um enfoque especial para a gramática como língua abstrata, que estuda a palavra, suas classes e flexões, suas funções e relações nas sentenças da língua e seus significados nas sentenças. Assim, a língua pertence a dois universos distintos: um, aquele que é vivido, vivo, ágil, outro, aquele estático, difícil de assimilar, de compreender.

Segundo Bakhtin (2013), o estudo descontextualizado das regras gramaticais, sem que o aluno compreenda a função dessas prerrogativas no dia a dia não pode “dar frutos”, isto é, quando a aplicabilidade das regras na construção dos enunciados não é interiorizada, não é compreendida, os falantes da língua não veem como importante dominar os recursos da linguagem, acabam por subjugar-la, deixá-la de lado. Portanto, os questionamentos acerca do objetivo de ensino da gramática da língua portuguesa se tornam cada vez mais latentes e buscam fazer o viés da língua escrita e da língua falada, de forma que tanto uma quanto a outra, tenham igual importância.

Bakhtin e Volochinov (2014,) afirmam:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2014, p. 127)

A língua serve para que os falantes façam uso dela, estabeleçam a comunicação, interajam. Esse é o seu papel principal. Marcos Bagno, em relação à língua, afirma que “as mudanças são inevitáveis” e, por exemplo, analisando o português falado na década de 1940 com o que falamos atualmente, percebemos o quanto essa afirmativa é real, concreta.

Voltando a Bakhtin (2002), que pontua:

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda a vida da linguagem seja qual for o seu campo de emprego... está impregnada de relações dialógicas. Mas a linguística estuda a “linguagem” propriamente dita com sua lógica específica na sua generalidade, como algo que torna possível a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto tais relações devem ser estudadas pela meta-linguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 2002, p. 183) (Grifos do autor)

A esse respeito Bagno, em entrevista à Revista Nova Escola aponta os diferentes agentes de mudança. Um deles é o cognitivo, que diz respeito ao modo como se processa a linguagem no cérebro. Ao usar a analogia, altera-se uma palavra para adaptá-la a um modelo preexistente (por exemplo: friorento tem “or” por analogia com calorento). Na metáforização, há a transposição de sentido. Depois de um dia de trabalho, quando um falante diz “estou quebrado!”, ele não quer dizer que está em vários pedacinhos. Ocorre aí um exemplo de derivação do sentido original concreto para um conceito abstrato. Esses são alguns exemplos de fenômenos cognitivos. “Submetemos a fala a diversos processos mentais intuitivos e inconscientes, fazendo novas inferências”, explica o pesquisador.

A todos esses processos inserem-se outros de ordem cultural, social, de política, de valores, enfim, de mudanças ocasionadas pelas transformações do mundo, das pessoas e de suas necessidades. Verifica-se nessa ótica, novamente, o aspecto vivo e dinâmico da língua da língua, e compreendê-la, em suas regras, jamais pode acontecer sem entender as suas variantes, as suas variáveis.

3. A Gramática e seu valor

A finalidade da gramática é orientar e regular o uso da língua, estabelecendo um padrão de fala e escrita baseado em fatores que usam como matéria-prima o sistema de normas estruturais da língua. Busca

levar os falantes a compreenderem a maneira como a letra, as frases (sistema sintático), os sons (sistema fônico) e as formas (sistema mórfico) estabelecem relação entre si e quais as funções dessas estruturas de forma isolada ou no contexto. A ideia da gramática é apropriar todos os falantes de uma norma culta que deve ser conhecida e utilizada.

Segundo Travaglia (2004):

A gramática normativa é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. Ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e lexicais), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como sendo a língua verdadeira. (TRAVAGLIA, 2004, p. 30)

O dever da escola é ensinar gramática e oferecer ao aluno condições de adquirir competência para usá-la de acordo com a situação vivenciada. Voltando à expressão que intitula o artigo, as roupas da língua serão usadas de acordo com a situação pela qual o falante esteja passando, usando maior ou menor grau de formalidade.

De acordo com Travaglia (2000), a gramática normativa trabalha com a metalinguagem, ou seja, ensina a língua para analisar a própria língua e considera erro tudo o que foge daquilo que ela prescreve. Ela desconsidera as características da linguagem oral e isso causa, consequentemente, a separação entre língua escrita e falada. Isso causa a guerra muda entre os que defendem o ensino a partir das perspectivas variacionistas da língua e aqueles que cultuam, de maneira tradicional, o ensino da gramática e suas regras.

Para Antunes (2007):

Para ser eficaz comunicativamente, não basta, portanto saber apenas as regras específicas da Gramática, das diferentes classes de palavras, suas flexões, suas combinações possíveis, a ordem de sua colocação nas frases, seus casos de concordância, entre outras. Tudo é necessário, mas não é suficiente. (ANTUNES (2007, p. 41)

E o que é suficiente, o que é necessário?

Quando pensamos que um bom texto não é um conjunto de ortografia e sintaxe irretocáveis, mas sim uma produção com objetivos, cla-

reza, concisão, precisão, coerência, costuradas a um assunto interessante, desenvolvido de forma envolvente. Nesse ínterim, sugere-se o entendimento da língua portuguesa, que deve ir além de normas, deve propiciar ao falante o domínio contextualizado de sua língua, o entendimento de suas regras e seu posicionamento, enquanto falante desta língua, sobre o que, como e quando usá-la de acordo com a formalidade exigida, com a “roupagem” ideal.

4. A concordância verbo-nominal sob a ótica da Gramática Tradicional e da Sociolinguística

4.1. A Sociolinguística

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e tem como objeto de investigação a língua em uso no seio de comunidades de fala, relacionando os aspectos linguísticos e sociais dentro dessa investigação. Seu foco está no uso real, concreto da língua. Estudiosos como Bakhtin e Meillet, além de outros membros do Círculo de Praga, consideravam o contexto sociocultural das comunidades de fala em suas pesquisas linguísticas, ou seja, não havia a dissociação do material da fala com seu falante, muito pelo contrário, para esses estudiosos era relevante examinar as condições em que a fala era produzida.

Toda comunidade se caracteriza por diferentes modos de falar. Às maneiras de falar, a sociolinguística chama de variedades linguísticas. O conjunto dessas variedades utilizadas por uma comunidade é chamado de repertório verbal. A sociolinguística entende que língua e variação não se dissociam e percebe que há, na realidade, um estigma sofrido pelos falantes que vivenciam uma sociedade que privilegia demasiadamente um modo de falar em detrimento a outros, e acabam por ser excluídos, simplesmente pela forma como falam.

Nesse sentido, a escola deve trabalhar com o objetivo de construir o entendimento do aluno acerca das normas prescritas pela gramática, mas ao mesmo tempo perceber que o aluno tem o domínio da língua, sabe falar, sabe escrever, se comunica e se essa comunicação não está adequada, ao professor cabe o papel de mediar e construir o conhecimento, adequando o que o aluno tem, o que trouxe de vida, de relações, de história com o que a escola vai oferecer. Não dizendo o que está certo ou errado, pois isso o próprio aluno perceberá ao se apropriar das informa-

ções, mas o que é próprio ou impróprio em cada situação que ele viver.

Segundo Soares (2002):

A missão do professor não é a de fazer com que os educandos abandonem o uso de sua gramática ‘errada’ para a substituírem pela gramática ‘certa’, e sim a de auxiliá-los a adquirirem como competência no uso das formas linguísticas da norma socialmente prestigiada, à guisa de um acréscimo aos usos linguísticos regionais e coloquiais que já dominam. (SOARES, 2002, p. 62)

A ideia do que deve ser trabalhado é a de que existem usos adequados a um dado ato de comunicação verbal, e usos que são socialmente estigmatizados quando usados fora do contexto apropriado. A comparação com as regras de uso de vestimenta é esclarecedora, justificando-se a ideia das “roupagens da língua”, já que assim como as roupas diferem segundo a ocasião social que estamos vivendo em dado momento, as características de linguagem apropriada também entram nessa dinâmica. Ficam socialmente estigmatizados os falantes que não usam a língua de maneira própria a determinado momento, tal como as pessoas que não cumprem as convenções sociais do bem-vestir, por exemplo, uma vestimenta formal para um passeio no parque e uma informal para um casamento, uma festa de formatura.

4.2. A concordância verbo-nominal

A título de conceito, concordância verbal é a concordância em número e pessoa entre o sujeito gramatical e o verbo. Concordância nominal é a concordância em gênero e número entre os diversos nomes da oração, ocorrendo principalmente entre o artigo, o substantivo e o adjetivo. A concordância em gênero indica a flexão em masculino e feminino; a concordância em número indica a flexão em singular e plural e a concordância em pessoa indica a flexão em 1^a, 2^a ou 3^a pessoa.

Parece simples, mas não é. No dia a dia escolar, os alunos têm dificuldades de realizar as concordâncias de acordo com o que é prescrito pela gramática tradicional. A variante mais ouvida do pronome nós é “a gente”. Expressão singular que significa “grupo”. Seguido da variante “a gente” o verbo, que deveria permanecer no singular, se pluraliza e muito comum também são as expressões “a gente fomos”, “a gente joguemos”, “a gente ganhemos”, e por aí vai. Quando, ao contrário, é usado o pro-

nome da terceira pessoa do plural, o “nós”, ele vem seguido de verbo no singular: “nós foi”, “nós fez”, “nós ganhou”, etc.

Nesse contexto, a partir da ótica da sociolinguística e a análise do que é ou não é apropriado, os professores de língua portuguesa por vezes se encontram perdidos e sem saber como resolver a questão de seus alunos, pois embora repitam inúmeras vezes a regra ortográfica, trabalhem textos e exercícios de fixação, esse “erro” é tão natural para os alunos, que não lhes parece errado. Ou seja, a expressão é inapropriada para a produção textual ou para uma fala mais formal, mas a comunicação, em seu dia a dia, é estabelecida dessa forma.

O que fazer? Como trabalhar com gente é diferente de, por exemplo, se fazer um bolo, não há receitas prontas. Há um relato de experiência que talvez possa ser útil.

O presente artigo é resultado de um trabalho a partir da sequência didática que tratou do estudo das concordâncias em duas turmas de nonos anos de uma escola pública, no interior do estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corguinho. Sentindo a dificuldade dos alunos em assimilar as regras a partir da gramática tradicional, a professora recorreu à sociolinguística para entender o que lhe parecia “erro”, inicialmente, e encontrar meios que pudessem diminuir essa dificuldade na fala e escrita em relação às concordâncias.

Partindo da denominação “roupagem”, o trabalho aconteceu, iniciando com a apresentação das regras de concordância, leitura de material didático, exemplificação no quando-negro, montagem de mapa conceitual, realização de exercícios. Correção com tira-dúvidas, enfim, a sequência normal de apresentação de um conteúdo, sendo este, na verdade, uma revisão. Mas posteriormente, foi apresentado aos alunos a visão da sociolinguística e sua tese sobre erros e acertos, eles conheceram um pouco da visão Bakhtiniana sobre o valor da linguagem e que esta só se concretiza com a interação. Perfeito! Alguém a nosso favor, foi a resposta unânime do grupo.

Entendendo as possibilidades que a linguagem oferece o trabalho se voltou para as roupagens o que é adequado para um casamento? E se eu for tomar tereré na pracinha, no final da tarde, como devo me vestir? E foi a partir dessas discussões que os alunos começaram a perceber que a língua é a mesma, mas que há situações em que devo usar da formalidade (a roupa do casamento) e outras em que posso estar muito à vontade (minha vestimenta para tomar tereré na praça).

Na sequência foram feitos teatros para encenar as diferentes formas que ouvimos, e vivemos as concordâncias e o fechamento sempre mostrava que se deve tender para o que é mais próprio naquele momento em que a língua “roupa” está sendo usada. O trabalho foi muito produtivo, gratificante e deu muitos frutos.

O objetivo inicial era trabalhar a regra da gramática normativa aliando-a as variações linguísticas estudadas pela sociolinguística, no sentido de construir um conhecimento efetivo e que pudesse ter significação à vida do aluno. A metodologia utilizada, como dito em parágrafos anteriores, foi o trabalho com o conteúdo a partir da gramática tradicional; realização de atividades; apresentação da sociolinguística e da teoria Bakhtiniana; discussão e reflexão sobre a teoria de Bakhtin; produção e apresentação de peças teatrais sobre as concordâncias. Findamos numa autoavaliação.

5. Considerações finais

Da mesma maneira como nos vestimos de formas diferentes para irmos a um casamento ou a uma roda de tereré com os amigos deve acontecer com nossa língua: há situações onde usamos a formalidade e outras onde somos informais. Entender isso facilita a compreensão do uso das regras, não somente as que dizem respeito às concordâncias, mas no sentido geral da língua portuguesa.

A concordância verbo-nominal precisa ser construída na escola a partir do que pressupõe a gramática tradicional, a fim de que seja oferecida ao aluno a competência para utilizá-la de acordo com as situações que vivenciar, da mesma forma deve considerar o que a sociolinguística diz em termos de variações linguísticas. Deve-se respeitar e valorizar o que o aluno traz de casa, suas marcas orais, mas em contrapartida, deve-se ensiná-lo a usar as regras e normas para quando houver a necessidade, ele ter domínio.

Segundo Labov (2008):

A capacidade dos seres humanos de aceitar, preservar e interpretar regras com condicionamentos variáveis é sem dúvida um aspecto importante de sua competência linguística (...) (LABOV, 2008, p. 263)

Nesse sentido, a construção de um conhecimento que tome como partida a prática cotidiana do aluno, mas o leve a entender a necessidade do domínio da norma da língua portuguesa é o caminho que nós, educa-

dores, estamos traçando rumo a uma educação que possa ser, de fato, transformadora.

O ensino de gramática deve ultrapassar o estudo das estruturas sintáticas da língua, deve ser construído no sentido de capacitar o aluno para a produção de textos orais e escritos de modo autônomo. A língua reflete as relações sociais, ou seja, o sujeito constrói sua fala, seu pensamento a partir de enunciativos concretos, escolhendo formas linguísticas que permitam a adequação do discurso ao contexto.

Todos nós usamos a língua não apenas para expor nosso pensamento ou disseminar informações, mas, sobretudo, para realizar ações e atuar sobre o interlocutor numa atitude responsiva. O valor da língua está na forma como ela atua em nossas vidas, no seu poder social, já que nenhuma sociedade sobrevive sem comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Muito Além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética em Dostoiévski*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. (Tradução Paulo Bezerra).

_____. *Questões de estilística no ensino da língua*. Trad. de Sheila Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística (I. Objetos teóricos)*. São Paulo: Contexto, 2002.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2011.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

POSSENTI, Sírío. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. 17. ed. Contexto: 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau*. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2004.

Sites Consultados

<https://novaescola.org.br/conteudo/2604/a-lingua-e-viva>. Acesso em 16 de nov./2018.

<https://www.soportugues.com.br/secoes/gramatica>. Acesso em 16 de nov./2018.

<https://www.conjugacao.com.br/concordancia-verbal-e-nominal>. Acesso em 17 nov/2018.